

A Necessidade de Terminologia Especializada de Administração Pública em Português e Espanhol

BENEDICTO SILVA

O Professor Benedicto Silva, autor do presente artigo, além de suas inúmeras contribuições de relevante mérito para o aperfeiçoamento administrativo do Brasil, tem uma notável fôlha de serviços prestados à nossa cultura técnica. Entre suas grandes iniciativas em prol do movimento reformador de nossa burocracia, vale ressaltar as iniciativas de criação da "Revista do Serviço Público", em 1937, e dos Cursos de Aperfeiçoamento do D.A.S.P., em 1941.

Depois de colaborar durante anos com as Nações Unidas, em New York, regressou à nossa terra como delegado desse organismo internacio-

nal junto à Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, onde formou a Comissão de Terminologia que, sob sua presidência, realiza hoje obra de valor prático para o estudo da ciência política entre nós.

E' com muito agrado, pois, que a "Revista do Serviço Público" divulga, em primeira mão, os informes relativos às atividades do órgão que preside, associando-se destarte o D.A.S.P. ao esforço patrocinado pela O.N.U. e pela F.G.V. com o intuito de facilitar ainda mais os contatos entre seus trabalhos e o público em geral.

* * *

I — O PROBLEMA

O espaço social das idéias

Segundo Gabriel Tarde, "a linguagem é o espaço social das idéias". Ao desenvolver cada ramo do conhecimento, o homem cria necessariamente um vocabulário especializado — "espaço social" em que se movem as idéias, conceitos e noções pertinentes.

Como arte milenária, a Administração Pública possui seu "espaço social" tradicional em todos os idiomas cultos. Como ciência social emergente, porém, só em nossos dias veio a exigir um vocabulário especializado moderno, isto é, um "espaço social" novo, dentro do qual poderão propagar-se as idéias e conceitos que lhe são próprios.

O exame aprofundado do assunto revela que a civilização americana desempenhou papel preponderante na cunhagem desse vocabulário especializado moderno da Administração. Com efeito, a Administração (management) tem-se desenvolvido extraordinariamente nos Estados Unidos. (1) O culto da eficiência e a busca incessante do

bom êxito (*nothing succeeds more than success*) como que fizeram do americano do norte um povo de administradores (*managers*).

O prestígio das técnicas administrativas

Ao contrário do que geralmente se acredita, os indivíduos mais bem remunerados naquele país não são os artistas de cinema, cantores de rádio e campeões de boxe, mas os administradores das grandes empresas. O talento administrativo é a

fôrças e utilização de recursos naturais em benefício da humanidade". Trata-se de uma definição de grande amplitude. "Administration" foi recentemente definida por Ordway Tead (*The Art of Administration*, New York, 1951, pág. 100) como "as atividades necessárias daqueles indivíduos (executores) que, numa organização, têm o encargo de ordenar, movimentar e facilitar os esforços associados de um grupo de pessoas, reunido para levar a efeito algum propósito definido". No compêndio que acaba de publicar (*Public Administration*, New York, maio, 1953), Marshall Dimock emprega *management* e *administration* intermutavelmente, como sinônimos, mas observa que "management is all the elements in a joint effort, while administration is the work of a particular group of people responsible for policy and directive leadership".

Note-se que distinção parecida é feita por Fayol entre *administrar* e *governar*: "Gouverner c'est conduire l'entreprise vers son but, en cherchant a tirer le meilleur parti possible de toutes les ressources dont elle dispose; c'est assurer la marche des six fonctions essentielles. L'*administration* n'est que l'une des six fonctions dont le gouvernement doit assurer la marche. Mais elle tient dans le rôle des grands chefs une si grande place qu'il peut parfois sembler que ce rôle est exclusivement administratif". (*Administration Industrielle et Générale*, Paris, 1931, pág. 14).

(1) Na moderna literatura americana sobre Administração Pública, os termos *management* e *administration* se equivalem e são usados intermutavelmente. Mas algumas vezes os autores distinguem entre os dois vocábulos.

Segundo a definição adotada em 1921 pela Management Division da Sociedade Americana de Engenheiros Mecânicos, *management* é "a arte e ciência de organizar, preparar e dirigir esforço humano aplicado no controle de

mais segura escala de ascensão social nos Estados Unidos. Foi por essa escala, por exemplo, que Charles Wilson subiu à presidência da General Motors, na qual percebia os vencimentos mensais de Cr\$ 2.000.000,00 (cêrca de US\$ 50.000,00), pôsto a que renunciou recentemente para aceitar o de Secretário da Defesa dos Estados Unidos no govêrno do Presidente Eisenhower.

O aprêço das técnicas administrativas, o prestígio social de que gozam os *managers* e o poder econômico que exerceem os grandes administradores americanos, produziram, entre outros, o efeito de estimular intensamente o culto da ciência da Administração. De fato, como ciência social emergente, a Administração tem mais cultores naquele país do que em qualquer outro, disso havendo resultado copiosa literatura, a que novos subsídios — tratados, compêndios, manuais, monografias, panfletos, conferência e artigos de revista — são agregados todos os meses. Sômente a bibliografia americana sôbre Administração de Pessoal compreende mais de quatro mil títulos. Mesmo em setores novíssimos da Administração, como é o caso de Relações Públicas, o número de livros, panfletos e monografias existentes já sobe a quase meio milhar.

O advento da moderna terminologia administrativa

Como era de se esperar, a arte e a ciência da Administração, assim apreciadas e cultivadas nos Estados Unidos, deram origem ao aparecimento de um vocabulário especializado, composto de milhares de expressões novas e de vocábulos velhos com acepções novas, cuja cunhagem e desenvolvimento se fizeram necessários para permitir a circulação de idéias entre os estudiosos da matéria.

Sem o conhecimento e domínio dêsse vocabulário não é possível o acesso às contribuições doutrinárias e práticas até agora feitas pelos *managers* e tratadistas americanos.

Por outro lado, a existência de uma terminologia especializada dificulta a comunicação de idéias sôbre Administração mesmo entre pessoas de fala inglêsa. Nos casos em que a comunicação seia tentada entre o tratadista americano e o leitor brasileiro, as dificuldades são infinitamente maiores. Isso acontece porque não existem as correspondências para expressar, em nosso idioma, as idéias e conceitos novos, desenvolvidos pelos autores americanos de livros sôbre Administração Pública. Quantos se hiam ocupado da tarefa ingrata de traduzir obras americanas de Administração Pública para o português conhecem os obstáculos quase intransponíveis, com que se vêem a braços para executar o trabalho.

A necessidade de equivalências portuguesas e espanholas

E' evidente que a arte e a ciência da Administração não poderão florescer na América Latina, como têm florescido nos Estados Unidos, se não

se apoiarem numa literatura própria, elaborada diretamente em português e espanhol. Surge, assim, o problema de se desenvolver nesses dois idiomas, mediante cunhagem deliberada de palavras e expressões novas e atribuição de sentido novo a palavras e expressões velhas, um vocabulário especializado, que seja a contrapartida do que existe em inglêes.

No Brasil, os órgãos mais interessados na disseminação de conhecimentos sôbre Administração Pública, o Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.) e a Escola Brasileira de Administração Pública (E.B.A.P.), da Fundação Getúlio Vargas, sentem ao vivo a existência dêsse problema. Cumpre solucioná-lo o mais breve possível, sob pena de vermos frustrados os esforços feitos pelos grupos de técnicos que trabalham nesses órgãos — frustrados ou grandemente prejudicados por falta de "espaço social" ou meios lingüísticos de comunicação. Em outros termos, o ensino da ciência da Administração, no Brasil e nos demais países latino-americanos, só poderá ser feito normalmente depois que houver literatura especializada em português e espanhol. Enquanto professores e estudantes dependerem de textos estrangeiros, vazados numa terminologia quase esotérica para os não iniciados, é claro que estaremos sob o pêso de um *handicap* formidável. Não é possível elaborar e transmitir conhecimentos, a não ser por intermédio da palavra. Mas o advento de uma literatura brasileira, ou melhor, de uma literatura latino-americana sôbre Administração Pública, está na dependência do desenvolvimento de terminologia adequada.

II — EM BUSCA DA SOLUÇÃO

A Comissão de Terminologia Administrativa da E.B.A.P.

No propósito de facilitar o comércio dos termos especializados de Administração Pública, a E.B.A.P. constituiu em 1952 uma comissão de terminologia, para fazer o levantamento dos termos técnicos correntes em outros idiomas, notadamente em inglêes, e desenvolver os respectivos correspondentes em português.

Aqui cabe informar que a Fundação Getúlio Vargas, ao solicitar ao Departamento de Assistência Técnica das Nações Unidas, em janeiro de 1952, que colocasse o autor destas linhas à sua disposição, mencionara especificamente, entre as atribuições que lhe seriam confiadas, a de "completar o vocabulário especializado (português e espanhol) de Administração Pública de que a Fundação Getúlio Vargas necessita para estimular o aparecimento de literatura adequada nos referidos idiomas". No texto do Acôrdo Suplementar n.º 1, firmado entre o Govêrno do Brasil e a Organização das Nações Unidas, sôbre assistência técnica à Escola Brasileira de Administração Pública, figura nas obrigações daquela organização internacional

a de ceder um coordenador do projeto, incumbido de, entre várias outras coisas, "cooperar na preparação de uma literatura adequada sobre Administração Pública e na elaboração de uma terminologia uniforme em português e espanhol, aplicável à Administração Pública".

Inicialmente a Comissão de Terminologia compunha-se dos seguintes membros: Benedicto Silva, organizador e presidente da Comissão; Beatriz Marques de Souza Wahrlich, diretora dos Cursos de Administração do D.A.S.P.; José de Nazaré Teixeira Dias, diretor da Divisão de Pessoal do D.A.S.P.; Espírito Santo Mesquita, diretor da "Revista do Serviço Público" do D.A.S.P.; Gustavo Lessa, autor do livro "Administração Federal nos Estados Unidos"; José Rodrigues Sena, chefe da Divisão de Documentação do Instituto Brasileiro de Administração; Florindo Villa Alvarez, assistente do professor de Administração Comparada; Arnaldo Pessoa, assistente do professor de Introdução à Administração Pública; Flávio Peixoto, assistente do professor de Administração de Pessoal. (2)

Os métodos de trabalho

Para proceder ao levantamento dos termos especializados de difícil tradução para o português, a Comissão valeu-se de métodos variados. Alguns de seus membros, com longa experiência em trabalhos de tradução de literatura americana sobre Administração Pública, já dispunham de copiosos subsídios, colhidos durante anos de leitura e que foram sistematizados e distribuídos aos demais membros para exame individual e coletivo.

Os que exerciam funções de assistentes de professores da E.B.A.P. e, nessa qualidade, se ocupavam diariamente de traduções, vertendo para o português as aulas, conferências, artigos, provas e outros escritos dos professores de fala inglesa, por sua vez traziam ao conhecimento da Comissão todos os termos de tradução difícil ou incerta, colhidos no seu labor diário. O Sr. Flávio Nogueira Peixoto, por exemplo, procedeu a um levantamento extenso das expressões e termos especializados

(2) Em virtude de se haverem ausentado do país cinco dos membros da Comissão, os quais foram mandados ao estrangeiro como bolsistas das Nações Unidas e do Governo Americano, para aprofundar seus conhecimentos especializados de Administração Pública, as agradáveis reuniões semanais de trabalho de Lexicologia Comparada tiveram de ser interrompidas em setembro de 1952.

Em abril do corrente ano, porém, a Comissão, havendo atraído novos membros para engrossar as suas fileiras, retomou os trabalhos. Os novos membros são: Júnia Flávia Johnson, assistente do professor de *Administração de Pessoal*; Marco Aurélio de Moura Matos, assistente do professor de *Técnica Orçamentária*; Jurandir Lambert, assistente do professor de *Organização & Métodos*; Alberto Torrentes Vieira, assistente do professor de *Ciência Política*; Sila Magalhães Chaves, assistente do professor de *Relações Públicas*, todos da Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas.

de Administração de Pessoal, respigando-os nas apostilhas escritas sobre a matéria pelo Prof. Henry Reining Jr.

De posse de tais subsídios, o presidente da Comissão repartia o trabalho de pesquisa, confiando a cada um dos colaboradores, sempre de acordo com as respectivas preferências e atividades, a tarefa de descobrir e propor os correspondentes portugueses para os termos ingleses.

Em reuniões semanais, a Comissão examinava criticamente — às vezes analisava exaustivamente — as contribuições de cada membro. Frequentemente as propostas trazidas a plenário davam lugar a sugestões que complementavam os estudos individuais. Nem sempre o correspondente português de um termo inglês era desde logo encontrado ou aceito. Muitas vezes a Comissão foi obrigada a pedir novos subsídios aos relatores individuais, voltando ao exame de um mesmo termo em sucessivas reuniões.

Nessa busca dos correspondentes portugueses para os termos ingleses especializados de Administração Pública, a Comissão tem-se esforçado por basear as suas preferências na análise metódica de todos os subsídios possíveis. O método simples e cômodo de aceitar argumentos de autoridade jamais foi seguido. Côscios de que o trabalho de identificar, ou desenvolver, num idioma as correspondências para termos técnicos especializados correntes em outro é uma busca tateante de rumo por entre o labirinto de caminhos mal explorados, trilhos apenas entrevistos e desvios enganadores da lexicologia comparada, os membros da Comissão procuraram desempenhar a tarefa com toda cautela, não se poupando às canseiras de pesquisas fastidiosas e exaustivas. A título de ilustração dos métodos de trabalho seguidos, seja-me permitido mencionar alguns fatos.

Incumbido de relatar o termo "management", o Dr. Gustavo Lessa apresentou sobre o mesmo longo estudo crítico, enriquecido de numerosas citações, que imediatamente puseram diante da Comissão todas ou quase todas as nuances do sentido daquele vocábulo inglês, aparentemente fácil de traduzir. Considere-se, entretanto, que a expressão inglesa "management and labor", tão usual, é correspondente perfeita da expressão portuguesa "capital e trabalho"; considere-se mais que "management" tem sido traduzido por "organização" (Le Chatelier, por exemplo, deu à sua tradução francesa do livro "Principles of Scientific Management", de Taylor, o título "Principes d'Organisation Scientifique"); considere-se ainda que "management" é frequentemente traduzido por "direção", "gerência" e "administração"; considere-se também que os americanos usam a expressão "Administrative Management" para designar o que os ingleses chamam "Organization & Methods" etc., e já se terá uma boa amostra das dificuldades que há para fixar a exata correspondência portuguesa de "management".

Outro membro da Comissão, o Dr. Pacífico do Espírito Santo Mesquita, procedeu a verda-

deira pesquisa em busca dos correspondentes portugueses de "holding company", "logrolling", "band-wagon", "steering committee", "transfer device" etc. Somente em relação a "holding company" — esta enganosa expressão inglesa, tão manifestamente refratária à tradução — o Dr. Pacífico trouxe copiosos subsídios respigados em fontes inglesas, brasileiras, francesas e espanholas, no afã de reunir todos os elementos informativos pertinentes.

O critério das correspondências culturais

A Comissão diligenciou sempre por seguir o critério de buscar ou desenvolver as correspondências culturais, só admitindo as traduções literais nos seguintes casos:

a) quando o termo estrangeiro designa ato ou efeito desconhecido nas práticas administrativas do Brasil, como, por exemplo, "certification";

b) quando a tradução literal coincide com a cultural, como, por exemplo, nos casos de "public accounts", "promotion", "administrative class" etc.;

c) quando o termo designa atividade ou noção só recentemente introduzida na cultura brasileira, como, por exemplo, "public relations", "human relations" etc.

Esclareçamos o que a Comissão entende por *tradução cultural*. Tomemos as expressões "rule of three", "examination announcement" e "special assessment", que são fáceis de traduzir literalmente para o português. "Regra de três", "aviso de exame" e "avaliação especial" seriam correspondências exatas, do ponto de vista lingüístico. Entretanto, como sabem as pessoas bem informadas sobre esses assuntos, o que os americanos chamam "rule of three" (em Administração de Pessoal) é o que chamamos "regra da lista tríplice"; "examination announcement" é o nosso "edital de concurso"; e o que chamam "special assessment" é a nossa "contribuição de melhoria". O melhor exemplo de tradução cultural, encontramos-lo no caso da expressão "cash on delivery", que os americanos reduzem às iniciais "C.O.D." Literalmente, a tradução de "cash on delivery" é "entrega contra pagamento" ou "pagamento no ato da entrega". A tradução cultural, porém, é "serviço de reembolso".

O sabor especial das traduções culturais

As reuniões da Comissão, sempre interessantes e instrutivas, algumas vezes chegaram a ser fascinantes. Com efeito, a identificação de correspondências culturais em dois idiomas distintos e diversos como o inglês e o português, proporciona momentos de grande prazer intelectual. Quase chega a ser um passatempo.

Era de ver-se, estampado intensamente na fisionomia dos membros mais jovens da Comissão, o interesse com que acompanhavam as discussões, especialmente quando para as expressões relatadas surgiam perfeitas correspondências culturais no português, algumas das quais, apesar de óbvias, jaziam insuspeitadas e só vinham à tona em vir-

tude dos debates. É claro que nem sempre a identificação dos correspondentes culturais portugueses de certos termos ingleses causava maior excitação; nesses casos, os novos conhecimentos eram absorvidos simplesmente, incorporados à experiência dos membros da Comissão sem grande alvoroço. Descobrir que "agenda" é *ordem do dia* e que "longshoreman" é *estivador* não teve o sabor de "achado". Mas quando, em virtude das pesquisas e discussões, se descobriu que o que os autores americanos de Administração Pública chamam "rationale" é simplesmente a nossa tão conhecida *exposição de motivos*, que "vaedictorian" é *orador da turma* e "filibuster" é *obstrução* e *obstrucionista* (falando-se de práticas parlamentares), os membros da Comissão saudaram o "achado" com deleite inequívoco.

Às vezes, a busca de equivalentes portugueses para vocábulos ingleses levava a Comissão a exumar palavras pouco usadas, como *imbricação*, que corresponde exatamente a *overlapping*. Em muitos casos, a correspondência cultural portuguesa repontava imediatamente durante as discussões. Exemplos: *Direção-Geral* para "top management"; *classificador de cargo* para "position classifier"; *comissão de pesquisa* para "survey commission"; *dotação global* para "lumpsum appropriation"; *escala hierárquica* por "chain of command" e *alcance do controle* para "span of control".

A cunhagem de expressões novas

Mas em muitos outros casos, a cunhagem de expressões e até de palavras novas era inevitável, por mais que a Comissão desamasse os neologismos e, sobretudo, temesse a responsabilidade de formá-los.

O leitor facilmente identificará, na lista de expressões e vocábulos que segue, — numerosos casos de expressões novas, que tiveram de ser adotadas. O exemplo da expressão *teoria do timoneiro* é típico: foi proposta para significar em português o que "stewardship theory" significa em inglês. *Pré-fiscalização* e *pós-fiscalização* — igualmente de cunhagem nova — foram propostas para significar em português o que "preaudit" e "postaudit" significam em inglês. (Houve quem condenasse *pós-fiscalização* e *pré-fiscalização*: preferiam *auditaagem*). Para "exit interview" tivemos que cunhar a expressão *entrevista de desligamento*: para "follow-up records", *registros de acompanhamento*: para "apportionment", *cota de naturalidade*: para "lobbying", *cabala de corredor* e *tráfico de influências* etc.

Subprodutos das pesquisas

Do trabalho da Comissão têm resultado alguns subprodutos, geralmente muito apreciados por todos os membros. Trata-se da aferição e retificação de conhecimentos e noções, a que freqüentemente dá lugar. Dois exemplos bastarão para documentar o fato: quando se discutiu o vocábulo

allegiance, para o qual foi logo proposta a tradução portuguesa "fidelidade", houve quem dissesse que *allegiance* significa não "fidelidade", mas "obrigação ou compromisso de ser fiel", o que é coisa diferente. Assim, a frase *she owes allegiance to this country* não significaria "ela deve fidelidade a este país", mas "ela tem obrigação ou dever de ser fiel a este país". Outro membro da Comissão entendia que *allegiance* significa a condição de ser súdito de um país. De acôrdo com este ponto de vista, a frase *she is bound by her allegiance to Brazil* queria dizer mais ou menos "ela está prêsa à sua condição de súdita do Brasil". Seguiram-se longos debates sôbre o verdadeiro sentido de *allegiance*. Para nomear a obrigação de cidadania, que o termo implica, foram propostas várias palavras portuguesas, inclusive o arcaico "vassalagem". Até o neologismo *suditagem* foi proposto, para ser rejeitado violentamente, *in limine*. Mas feita a análise dos argumentos e subsídios apresentados, a Comissão concluiu que a correspondência portuguesa mais próxima de *allegiance* é mesmo "fidelidade".

Numerosos exemplos de emprêgo do vocábulo *allegiance*, coligidos pelo Dr. Espírito Santo Mesquita, tiraram as últimas dúvidas. Aqui vão alguns:

a) "At a naturalization ceremony in Los Angeles, Viennaborn Cinemactress Hedy Lamarr, 38, took her oath of *allegiance*". . . *Time* 20-4-53.

b) "Within each of the major parties there are to be found a large number of persons whose severance of *allegiance* could scarcely be thought of". — *Principles and Problems of Government* — Charles G. Haines e Bertha M. Haines, página 229.

c) "The British Commonwealth of Nations has evolved from an empire in which each colony was subservient to the mother country, to a federation of colonies independent in most respects, yet bound by common *allegiance*". — *The Outline of Political Science* — Gertrude Ann Jacobsen e Miriam H. Lipman, página 28.

d) "To perform its functions of certifying the Democratic *allegiance* of seekers for offices, the Democratic National Committee organized itself efficiently". — *The Introduction to the Study of Public Administration* — Leonard D. White, pág. 283.

Os debates havidos, trazendo à tona os recursos, conhecimentos e noções de cada participante, freqüentemente desempenhavam o papel de retificadores de conhecimentos e corretores de enganos. Os membros da Comissão estavam certos de que *impeachment*, por exemplo, era o mesmo que destituição do chefe do poder executivo (Presidente, Governador, Prefeito), mediante processo parlamentar.

A fusão das várias dúvidas suscitadas a respeito e as pesquisas então feitas para esclarecê-las, vieram demonstrar que a Comissão laborava em êrro. *Impeachment* é a denúncia e processo for-

mais do chefe executivo pelo legislativo. Quando êste denuncia e processa formalmente aquêle, mesmo que o denunciado seja absolvido e continue a exercer o cargo, ocorre o que, na terminologia inglesa de ciência política, se chama *impeachment*.

As pesquisas serviram também para tornar nítidas as diferenças de sentido de certos termos usados em mais de um setor da Administração Pública. *Apportionment*, por exemplo, significa "parcelamento" (às vêzes significa também "duodécimo") quando se trata de Administração Financeira e "cota de naturalidade", quando se trata de Administração de Pessoal.

O critério seguido na seleção dos vocábulos

E' óbvio que, em português, os limites da terminologia administrativa carecem de fronteira fixa. Se ainda está em formação inicial, neste idioma, um vocabulário especializado de Administração Pública, que seja a contrapartida do que há em inglês, segue-se que a inclusão de qualquer termo nesse vocabulário conterà sempre um elemento evidente de arbítrio.

Seria, com efeito, muito difícil responder com segurança à pergunta: quais são os termos e expressões peculiares à Administração Pública e, conseqüentemente, integrantes do vocabulário especializado dessa matéria?

Provavelmente, muitos dos termos ora apresentados suscitarão dúvidas na mente dos leitores sôbre a sua exata filiação. Pertenceriam tais termos efetivamente ao vocabulário especializado de Administração Pública? Consideremos, por exemplo, a seguinte lista de palavras: *anonymity, appraisal, arbitration, assistance, benefits, class, compliance, conduct, communications, contribution, inception, integration, neutrality, real estate, referral, responsive, and role*. Acaso não pertencem êstes termos ao vocabulário geral? À primeira vista parece que sim. *Responsive, appraisal, e role* são certamente termos de uso geral em todos os campos de atividade e conhecimento, não podendo assim ser identificados como partes integrantes do vocabulário especializado de Administração Pública. Por que então figuram na lista que ora apresentamos? A resposta é a seguinte: porque foram encontrados com sentido especial em textos específicos de Administração Pública. Êsse fato, porém, não nos leva a reivindicar para qualquer vocábulo incluído na lista o caráter de parte integrante e indiscutível da terminologia administrativa especializada, da qual, por enquanto, só existe em português um pálido embrião.

III — OS PRIMEIROS FRUTOS

O público a que êste trabalho se destina

Com estas sumárias explicações, que submetemos à guisa de prefácio, aqui entregaremos em futuro próximo ao público interessado a lista de palavras e expressões inglesas até agora estudadas e relatadas pela Comissão. São os primeiros frutos do labor da Comissão.

A lista está dividida em duas colunas e compreende expressões e vocábulos. Na primeira coluna figuram, em ordem alfabética, os vocábulos e expressões ingleses; na segunda, as correspondências portuguesas propostas pela Comissão e adotadas pela Escola Brasileira de Administração Pública.

Na edição espanhola do presente trabalho, a lista das palavras e expressões está dividida em três colunas. A primeira e a segunda são idênticas às que ora apresentamos. A terceira contém as correspondências espanholas desenvolvidas pela Comissão com a ajuda de estudantes e professores de fala espanhola, particularmente os professores Enrique Tejera Paris, Pedro Muñoz Amato e Adolfo Fortier-Ortiz, que cooperaram ou cooperam nos trabalhos da E.B.A.P. sob os auspícios das Nações Unidas.

Os espaços em branco, na coluna portuguesa, destinam-se ao registro de contribuições, com que possíveis interessados queiram enriquecer os trabalhos da Comissão que também agradecerá quaisquer críticas construtivas e sugestões pertinentes. Pessoas haverá, no Brasil e nos países hispano-americanos, que possuam subsídios lingüísticos capazes de ampliar a presente lista. Outros poderão encontrar nela solução para problemas de tradução de textos ingleses de ciência política e Administração Pública para o português e o castelhano.

Seja dito, finalmente, que o objetivo principal da presente publicação é facilitar aos professores e alunos brasileiros e hispano-americanos da

Escola Brasileira de Administração Pública, bem como aos professores e alunos dos Cursos de Administração do D.A.S.P., a tarefa de interpretar, traduzir e assimilar os textos ingleses e, sobretudo, a de criar uma literatura latino-americana para uso dos que estudam Administração Pública em nossos países.

A Comissão de Terminologia não reivindica qualquer autoridade acadêmica para a sua lista de traduções. Não se trata, evidentemente, de um trabalho de erudição, elaboração para recheiar o patrimônio lingüístico dos doutos. Trata-se, ao contrário, de trabalho de cunho eminentemente prático, executado para o fim de ajudar os estudantes latino-americanos de Administração Pública que freqüentam os cursos da E.B.A.P. e do D.A.S.P., a compreender a literatura americana e, com o tempo, elaborar uma literatura nossa, escrita diretamente em português ou espanhol. Como se vê, o trabalho tem clientela específica e expectante, para a qual exclusivamente foi levado a efeito.

A Comissão de Terminologia solicita a quantos se interessarem por este assunto a fineza de comunicar-lhe quaisquer dúvidas, sugestões ou críticas suscitadas pelo presente trabalho. Subsídios, que contribuam para melhorar ou retificar as traduções propostas, serão especialmente bem-vindos.

Enderêço para correspondência: *Benedicto Silva* — Escola Brasileira de Administração Pública — Fundação Getúlio Vargas.

Praia de Botafogo, 186 — Rio de Janeiro — Brasil.